
Apresentação

A revista P2P&Inovação chega ao seu segundo número em um cenário global de mais uma crise do capitalismo, que parece ter uma inesgotável capacidade de se reciclar e se adaptar às dificuldades financeiras, produtivas e de demanda. As tensões entre crise e adaptação criam demandas por soluções criativas e inovadoras capazes de responder aos problemas locais e gerar bem-estar de modo sustentável.

É neste cenário que a sociedade contemporânea vê emergir de modo intenso formas muito particulares de produção, que têm também a peculiaridade de ser processos de comunicação. As relações entre linguagem e trabalho estão na base das inovadoras formas colaborativas de produção. Tal colaboração não exclui o comando, mas abre muitas possibilidades para a autonomia e a emancipação daqueles que nelas trabalham.

Colaboração e competição não se contrapõem, mas se complementam como modos de ação nas organizações contemporâneas, conforme o termo da economia, talvez esquecido em seu duplo sentido, "concorrência", que indica contribuir para que algo se dê e, ao mesmo tempo, significa competir. A produção sem as amarras da apropriação do conhecimento pode acelerar a criação de soluções práticas. O compartilhamento de problemas pode encontrar mais rapidamente as soluções necessárias.

O primeiro artigo deste número é “O fim do capitalismo e o retorno da Koinonia”, de Fernando Suárez Müller, da Universidade Humanística de Utrecht. Müller discute a crise financeira do capitalismo globalizado, buscando lhe apresentar alternativas. A concepção hegeliana de um sistema parlamentar baseado tanto na economia participativa com base em comunidades autônomas, e não em indivíduos, propõe reconciliar os interesses privados e públicos, o que não seria possível a partir da concepção marxista, mas é aproximada de atuais movimentos que buscam modelos alternativos para o capitalismo.

As concepções de Hegel e movimentos como o P2P de Michel Bauwens, o 'convivialismo' de Alan Caillé e o movimento bem-comum criado por Christian Felber, têm em comum a noção de koinonia. Neste sentido Suarez Muller considera que as

abordagens de Bawens, Caillé e Felber, alternativas ao capitalismo, propõem construções de comunidades colaborativas e empreendimentos cooperativos locais e globais que apontam a um passo na evolução da sociedade, do capitalismo à koinonia.

O segundo artigo é de Vasilis Kostakis e Chris Giotitsas sobre “A Economia política do Bitcoin”. Neste artigo os autores argumentam que o aquecimento da crise financeira de 2007-2008 permitiu o surgimento de várias práticas alternativas em matéria de produção, circulação e uso do dinheiro. O ensaio explora especificamente a economia política do ecossistema da moeda digital Bitcoin: sua natureza, dinâmica, vantagens e desvantagens.

Os autores concluem que o Bitcoin é uma experiência de "capitalismo distribuído" e deve ser visto principalmente como uma inovação tecnológica: não fornece respostas e soluções pragmáticas para os pontos de vista atuais sobre a crise financeira, mas faz algumas perguntas úteis e oportunas sobre os princípios e as bases da economia política dominante.

O terceiro artigo é de Célio Turino, um dos idealizados do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura no Governo Lula: “Cultura a unir os povos”. Turino esteve recentemente apresentando seu trabalho para o Papo Francisco, em Roma. Em seu artigo ele relata a experiência de alguns países da América Latina com a implantação de Pontos de Cultura. Dá exemplos de ampliação e articulação de uma rede de autonomia e protagonismo sociocultural, em que se realiza na diversidade.

A partir de estímulo a diálogos com o governo em defesa da cultura, Turino conclui que é necessário que o Estado faça para a sociedade, mantenha bons equipamentos públicos e serviços de qualidade, mas é necessário também que o Estado faça com a sociedade. Com mais redes o Ponto de Cultura se articula, mais empoderado estará, tanto do ponto de vista social, econômico e político, como nos aspectos criativos e artísticos.

Esta discussão é particularmente relevante no início do segundo Governo Dilma Rousseff, quando há um aceno da volta de investimentos no programa Cultura Viva e nas ações inovadoras que o circundam. Uma política cultural digna deste nome implica em uma relação do Estado com a sociedade que se baseie no fortalecimento dos seus equipamentos públicos e no fim da precarização das suas relações de trabalho.

O artigo seguinte Gonçalves Reis, Kuramoto e colaboradores indagam: “As instruções aos autores podem estimular o acesso aberto no Brasil?” Os autores observam que um recurso imprescindível ao desenvolvimento da Ciência Aberta é ter padrões mínimos de informação sobre Política de Acesso Aberto nas instruções aos autores. Eles analisaram 93 instruções aos autores de periódicos de Ciências da Saúde da Coleção SciELO Brasil.

Os autores observaram que os periódicos, que estão disponíveis na Web e possuem ISSN versão online, não contemplam informações para divulgação em recursos digitais, refletindo o modelo impresso em suas diretrizes. Os periódicos não informam sobre a disseminação da produção científica por meio de redes sociais, revistas secundárias e repositórios institucionais ou temáticos. Assim, parece que ausência de tais estímulos nas instruções aos autores não apoia as Políticas de Acesso Aberto.

Finalmente, o último grupo de artigos aborda o trabalho realizado por ativistas e intelectuais no Equador em um empreendimento denominado FLOK Society: Free Libre Open Knowledge Society. Este empreendimento é interessante por buscou combinar formas solidárias e colaborativas de produção com a ação política tradicional de uma Governo populista da esquerda latino- americana, no caso o Governo de Rafael Correa.

São apresentados três artigos em sequência relacionados a esta riquíssima experiência tão próxima. O primeiro artigo é Barandiaran e Vasquez, “Tornando-se Pachamama do conhecimento”, em que são apresentados os fundamentos conceituais da proposta. Neste documento mãe (ampliável e passível de revisão) são oferecidas as bases para o desenho de um processo de colaboração e participação social (popular e institucional) e de especialistas que culminou em uma Cimeira produtiva (não meramente expositiva).

O objetivo ambicioso dos autores é desencadear e coordenar um processo participativo em escala global e de imediata aplicação nacional para a mudança da matriz produtiva de uma sociedade do conhecimento comum e aberto no Equador. Busca-se criar bases para o desenvolvimento legislativo e de políticas de Estado para a

economia social do conhecimento, assim como de utilidade para as redes produtivas do conhecimento que existentes no Equador.

O segundo artigo sobre a experiência da Flok society é Vila Viñas: “A Flok Society no Equador 1.0: a transição local para a economia social do conhecimento em marcha”. É um artigo de avaliação. O autor descreve processos, colaboradores envolvidos e repercussão da elaboração do projeto equatoriano "Flok Society", com vistas a construção de planos que visem reforçar a economia social do conhecimento social comum e aberto.

O terceiro artigo é também uma avaliação do processo Flok, feita por Michel Bauwens, da P2P Foundation: Por que a Fundação P2P não usará a marca FLOK no futuro? É o relato de experiência na implementação de processo P2P, de colaboração e compartilhamento de conhecimento. Diante das dificuldades encontradas, destaca-se a resistência do governo em dar efetivo apoio, considerado não estratégico.

O autor observa que, muitas vezes, de forma não explícita, o governo diz apoiar, mas acaba por prejudicar o andamento do projeto. Outro desafio encontrado foi a desconfiança da sociedade civil diante de um projeto supostamente patrocinado pelo governo. Com a experiência do Equador, o autor conclui que o processo Flok não deve ser implantado em futuros planos da Fundação P2P, devendo-se considerar questões como contexto político e histórico do país nos próximos projetos.

A experiência do Equador mostra como é complicado combinar políticas públicas governamentais com as ações locais de produção e inovação. Não bastam declarações de intenção para mudar as dinâmicas sociais de produção. Por outro lado, não cabe fazer apologia do precário ou da falta de recursos para o trabalho. Os desafios das relações entre linguagem e trabalho persistem e se tornam complexos.

No lançamento desta edição da P2P&Inovação, gostaríamos de registrar que Liz-Rejane Issberner passa a compor o Comitê Editorial da revista. Liz-Rejane é Pesquisadora titular do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, no âmbito do convênio IBICT/UFRJ, e Bolsista de Produtividade em Pesquisa. É líder do grupo de pesquisa Informação, conhecimento, inovação e sustentabilidade ambiental.